

VENCTI

**QUINTA CONFERÊNCIA NACIONAL DE
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

***Conferências Estaduais, Municipais
e Distrital***

Documento Referência

Setembro 2023



Conferências Estaduais, Municipais e Distrital Documento de Referência

Introdução

As conferências estaduais, municipais e distrital desempenham um papel significativo em diversos contextos e setores relacionados a políticas públicas, desenvolvimento, educação, saúde, meio ambiente, entre outros, cabendo destacar a:

- **Participação Democrática:** As conferências estaduais, municipais e distrital proporcionam um espaço para a participação ativa e direta dos cidadãos nos debates que afetam suas vidas e comunidades. Isso promove a democracia participativa, permitindo que pessoas de diferentes origens e perspectivas contribuam para a formulação de políticas e programas.
- **Formulação de Políticas Públicas:** Essas conferências são espaços nos quais as ideias, opiniões e informações são trocadas entre especialistas, governantes e a sociedade civil. Isso ajuda na formulação de políticas públicas mais abrangentes, que levam em consideração uma variedade de perspectivas e necessidades.
- **Identificação de Prioridade:** Por meio das discussões e debates nas conferências estaduais é possível identificar as principais prioridades e desafios enfrentados pela população em diferentes áreas. Isso poderá influenciar na alocação de recursos e na definição de programas, ações e metas locais.
- **Construção de Consenso:** As conferências estaduais, municipais e distrital reúnem diversos atores do segmento de CT&I, incluindo representantes do governo, setor privado, organizações não governamentais e cidadãos comuns, além da comunidade científica e tecnológica. Isso permite a construção de consenso em torno de questões complexas e a busca por soluções compartilhadas.
- **Mobilização e Conscientização:** As conferências estaduais, municipais e distrital têm o potencial de mobilizar a sociedade civil e estimular as pessoas a debaterem questões locais importantes. Elas fornecem um espaço para discutir problemas muitas vezes negligenciados e até mesmo para propor ações concretas de mudança.
- **Inovação e Desenvolvimento:** As conferências podem incentivar a busca por soluções inovadoras para desafios persistentes. A diversidade de perspectivas e ideias presentes nas conferências estaduais, municipais e distrital podem impulsionar abordagens mais criativas e eficazes.

- **Legitimidade das Decisões:** Quando as políticas e diretrizes emergem de um processo participativo e inclusivo, normalmente elas tendem a ser mais aceitas pela população, pois têm origem numa gama de opiniões e necessidades.
- **Fortalecimento da Sociedade Civil:** As conferências estaduais, municipais e distrital são oportunidades para que organizações da sociedade civil e grupos de interesse se envolvam ativamente com o evento. Isso pode, até mesmo, fortalecer a influência da sociedade civil nas políticas governamentais que resultem dos debates realizados.

Como insumo para auxiliar na realização das Conferências Estaduais, Municipais e Distrital de CT&I, segue proposta de organização dos eventos:

- **Objetivo das Conferências Estaduais, Municipais e Distrital**
Promover a participação cidadã nos debates programados para cada uma das conferências, cujos resultados poderão balizar a formulação de políticas públicas abrangentes, que contribuem para o fortalecimento da democracia participativa e influenciam o desenvolvimento das comunidades em cada estado ou município.
- **Comitê organizador**
É recomendável o estabelecimento de um comitê organizador responsável por planejar, coordenar e executar a conferência. O Comitê deverá ser composto por representantes das FAPs, das Universidades e ICTs, representação local da SBPC (onde houver) além de outras instituições do segmento de CT&I.

Tema e tópicos

É importante destacar a recomendação de que cada uma das Conferências Estaduais, Municipais e Distrital tenha como referência fundamental os eixos definidos pela Portaria MCTI nº 6.998, de 10.05.2023:

I - recuperação, expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação;

II - reindustrialização em novas bases e apoio à inovação nas empresas;

III - ciência, tecnologia e inovação para programas e projetos estratégicos nacionais; e

IV - ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social.

Observação: com base nos eixos acima, há a indicação de um tema central para a conferência nacional “Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação para um Brasil Sustentável, Inteligente e Inclusivo” (nos termos do DECRETO Nº 11.596 de 12 de julho de 2023), com a possibilidade de identificação de tópicos específicos a serem abordados durante o evento estadual, municipal ou distrital, que poderão orientar a seleção de palestrantes e a própria organização das sessões.

No anexo I, indicamos sugestões de temas e subtemas para cada eixo, agrupados de forma a expressar uma linha de raciocínio adequada a cada qual. Alguns temas ainda precisam ter subtemas, e alguns subtemas são transversais a mais de um tema/eixo.

Estas sugestões foram apresentadas na reunião realizada em 19/05/2023 com a participação do Secretário Executivo do MCTI, Secretário Geral da V CNCTI,

Presidente do CGEE, Membros da Comunidade Científica e Tecnológica do MCTI e Membros da Equipe do Projeto da V CNCTI. O objetivo da reunião foi apresentar um breve histórico das Conferências Nacionais de Ciência e Tecnologia anteriores e, em conjunto, buscar definir as bases para a construção da V CNCTI.

- **Local e datas**

Definir datas e selecionar um local adequado para cada conferência, que seja capaz de acomodar o número esperado de participantes e forneça as instalações necessárias, como salas de conferência, espaços de exposição etc. Preferencialmente deve-se escolher uma universidade.

- **Palestrantes convidados**

Identificar palestrantes convidados, de destaque nas áreas de CT&I, que possam enriquecer o programa da conferência (é recomendável o contato prévio com cada palestrante para confirmação de disponibilidade e acordos quanto aos detalhes logísticos: passagens, diárias, hospedagem, alimentação etc).

- **Programa**

Organizar o programa da conferência, incluindo sessões técnicas, palestras e plenárias (é recomendável definir previamente o tempo adequado para perguntas e a interação entre os participantes).

- **Divulgação e registro**

Promover a conferência por meio de vários canais, como sites, redes sociais, listas de e-mails, entre outros (o CGEE disponibilizará a identidade visual da V CNCTI para utilização nas peças de divulgação das conferências estaduais).

Observação: Como garantia de maior controle por parte da organização do evento sugere-se promover a inscrição dos participantes para registro e eventual emissão de certificados de participação.

- **Logística do evento**

Certificar-se de cuidar dos detalhes logísticos, como reserva de hotéis para os participantes, transporte local, alimentação durante a conferência, impressão de materiais, equipamentos audiovisuais, segurança do local, atendimento médico de emergência, atendimento à legislação local quanto à realização de eventos, entre outros.

Proposta de Formato das Conferências

- As Conferências estaduais estão previstas para acontecer no período de novembro/2023 a dezembro/2023.
- O formato das conferências poderá ser híbrido e a estrutura contemplará o maior número de pessoas presenciais.
- A organização envolverá as Universidades, FAPs, ICTs ou quaisquer outras instituições atuantes no segmento da CT&I e áreas afins.

- As Conferências contemplarão discussões abertas dos temas de interesse de cada região, atrelados aos eixos estruturantes para a ENCTI constantes da Portaria MCTI 6998 de 10 de maio de 2023.
- Sugere-se que seja definido pela Coordenação do evento um Relator Estadual. Este deverá estar articulado com o/os relator(es) regional(is), sendo cada um dos relatores estaduais/municipais responsáveis por fazer o Relatório Estadual/Municipal/Distrital a ser entregue à Comissão Organizadora da Conferência Regional.

Atividades Propostas

As Conferências estaduais terão como foco a construção de um Mapa da CT&I do seu respectivo estado, município ou DF, com as temáticas a serem debatidas, seguindo a distribuição de temas e diretrizes que orientarão os debates da V CNCTI, previstos na Portaria MCTI nº 6.998, de 10.05.2023, mas de tal forma que promova a regionalização temática, quando for de interesse da comunidade local.

Em paralelo às Conferências estaduais sugere-se a realização de atividades complementares, por exemplo na forma de dinâmicas de aprendizagem e que possam contribuir para o evento central, envolvendo públicos específicos como a Juventude e os Povos Originários.

Relatórios Finais

Recomenda-se que a estrutura e conteúdo das Conferências Estaduais, Municipais e do DF tenha por base os eixos estruturantes constantes da Portaria MCTI nº 6.998, de 10.05.2023. Para além dessa base inicial, apresenta-se a seguir - a título de sugestão - áreas que poderão contemplar os interesses de cada localidade (estado, município ou DF).

Os Relatórios Finais de cada conferência serão utilizados na organização e definição temática das respectivas Conferências Regionais. Nesses termos, apresenta-se no Anexo 1 uma proposta que considera os **Temas e Subtemas** (definidos como eixos e diretrizes pela Portaria citada), como uma linha básica orientadora da organização dos eventos e dos relatórios a serem produzidos ao final.

Linhas de Orientação

Seguindo nessa linha, e visando otimizar essas conferências, de forma a produzir insumos que possam auxiliar o Brasil a desempenhar papel estratégico numa nova ordem mundial e ainda se posicionar como líder regional, sugere-se aos Estados, Municípios e ao DF utilizarem algumas linhas de orientação, considerando a dinâmica de forças científicas, tecnológicas, sociais, políticas, ambientais, econômicas, e suas respectivas interações, que agem sobre fatores que envolvem a temática CT&I, a saber:

- Identificação de tecnologias críticas, bem como as tecnologias emergentes e respectivas cadeias produtivas (disruptivas);
- Prospecção voltada para problemas sociais, econômicos e ambientais;
- Definição de prioridades para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil;

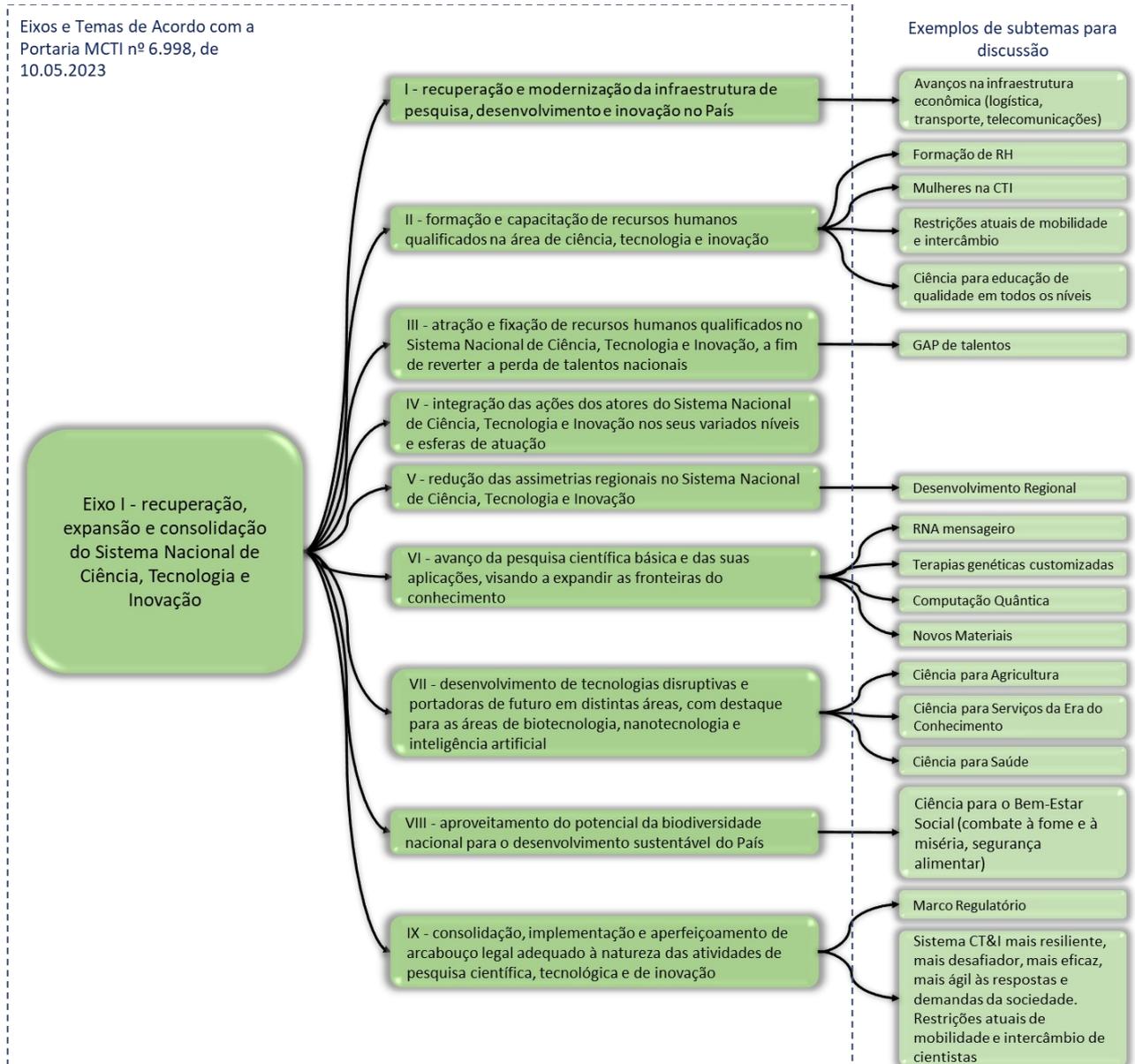
- Definição de objetivos mensuráveis a serem alcançados visando ampliar a consciência sobre a importância da CT&I como pilares de estratégia para o desenvolvimento inclusivo e sustentável;
- Estabelecimento de um escopo local a partir da identificação de competências essenciais das inteligências científica e tecnológica existentes no estado, município e DF;
- Considerações relativas à formação de redes de pesquisa;
- Discussão a respeito de um sistema de instrumentos, gestão e regulação que estimule a utilização do conhecimento em prol do desenvolvimento econômico sustentável do território;
- Metodologia de aproximação dos setores acadêmico, empresarial e público, no Brasil e estado, município e DF;
- Vínculos de grandes projetos nacionais aos interesses locais;
- Debate sobre a importância da redução das assimetrias entre as regiões;
- Alternativas de inserção das pequenas empresas de base tecnológica no tecido econômico daquela localidade;
- Inclusão social como um dos valores agregados às políticas governamentais de CT&I;
- Definição dos interesses específicos regionais no âmbito da CT&I;
- Identificação dos denominados *impulsores das mudanças* locais;
- Fontes de informações e monitoramento das tecnologias buscando identificar as mais estratégicas;
- Construção de um ambiente de negócios favorável, com regras claras e segurança jurídica;
- Garantia de recursos e estímulo à inovação para as áreas em que o Estado, Município e DF tem maior potencial;
- Mecanismos de demonstração à sociedade local da importância do conhecimento científico e tecnológico como valor agregado a produtos, processos e serviços;
- Produção de tecnologias que gerem emprego, com garantia e segurança jurídica, a partir de novos modelos de negócios.

Nesses termos, é possível sugerir que os debates das Conferências Estaduais, Municipais e do DF considerem os seguintes tópicos:

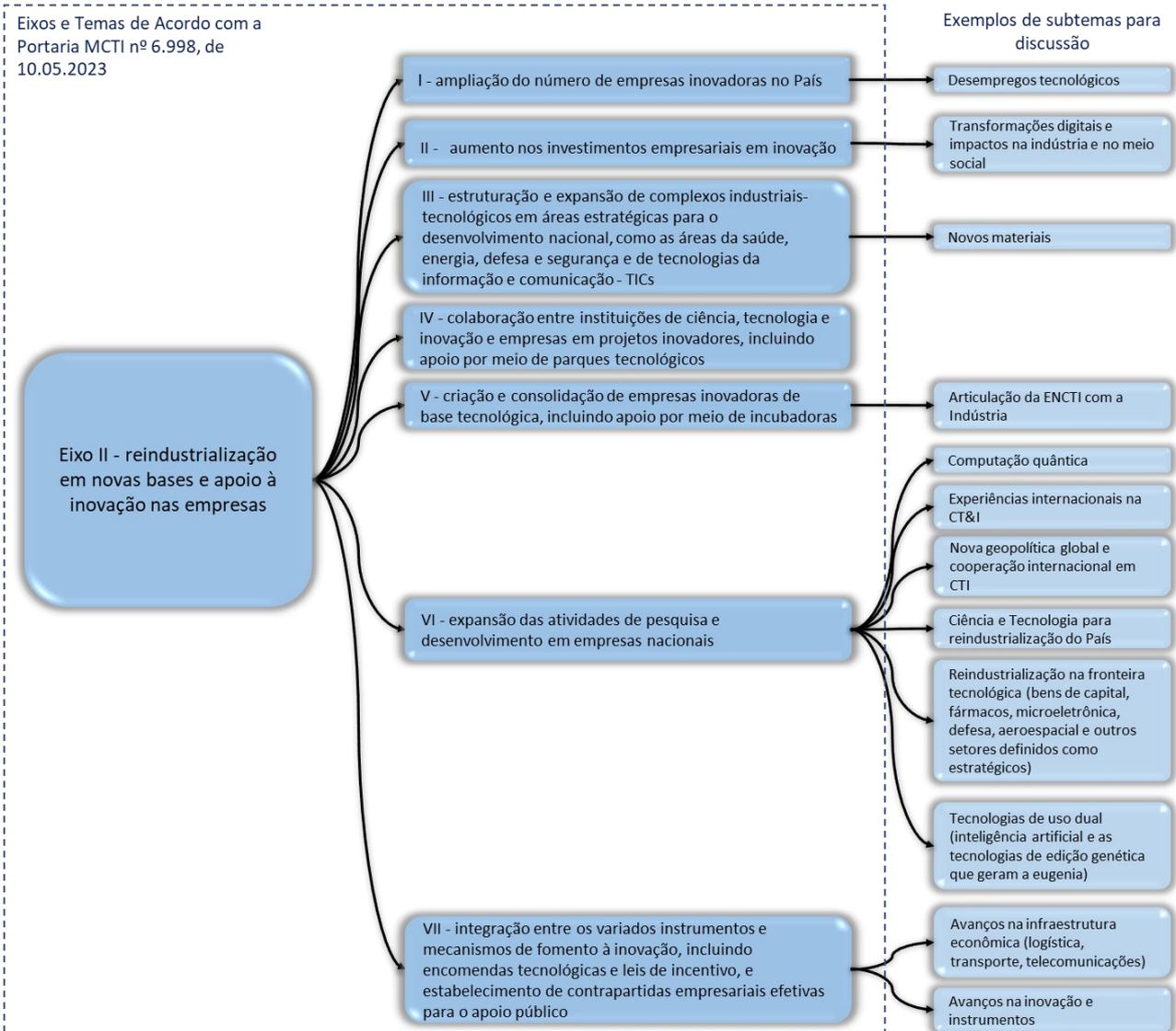
- Gestão de CT&I
- Proteção do Conhecimento
- Fronteira de Conhecimento
- Temas de regulação e legislação
- Inclusão Social
- Liderança Regional
- Presença Internacional
- Redução das desigualdades regionais
- Interesse Estadual/Municipal/Distrital vis-à-vis o Nacional

ANEXO 1

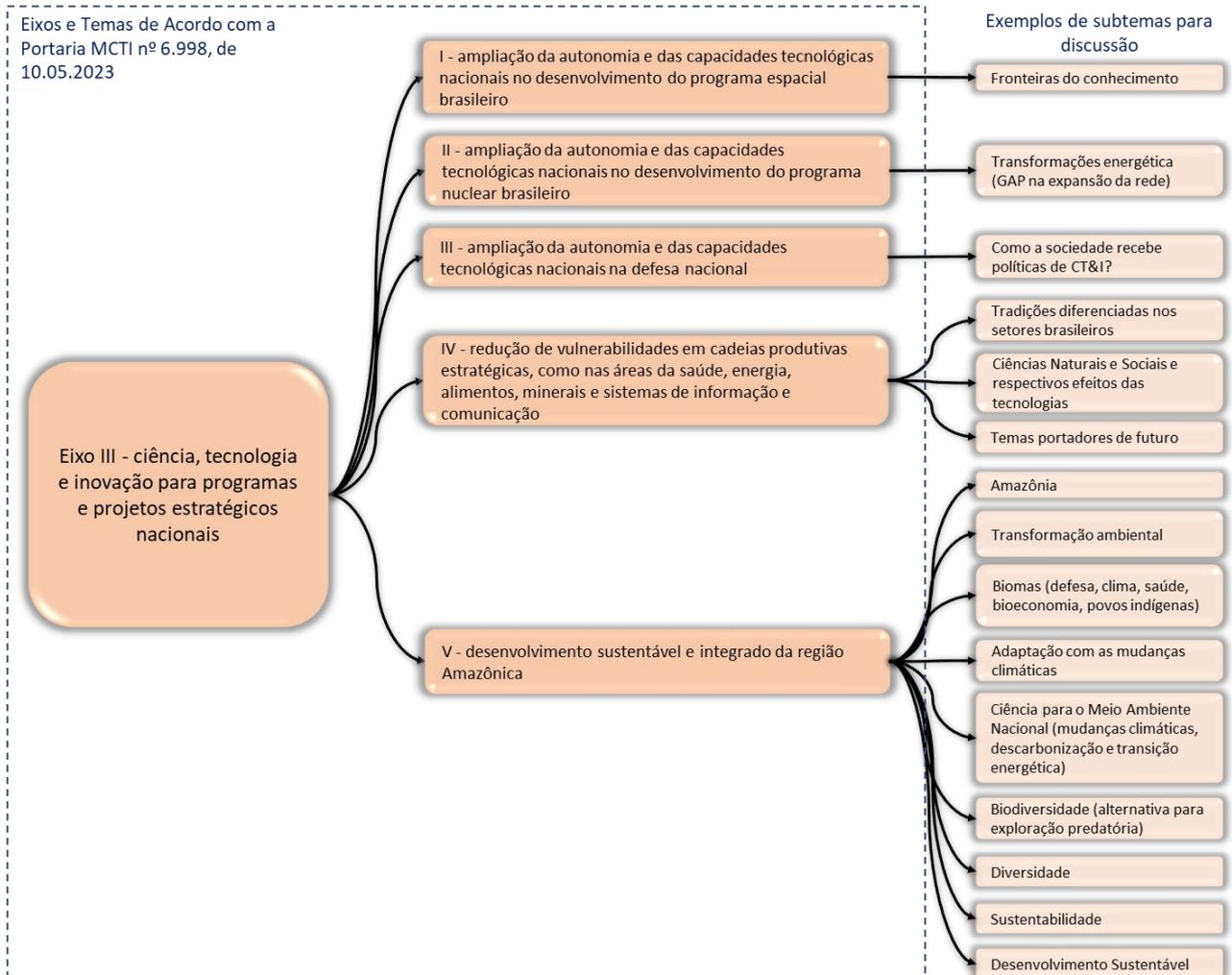
Temas e Subtemas do EIXO I



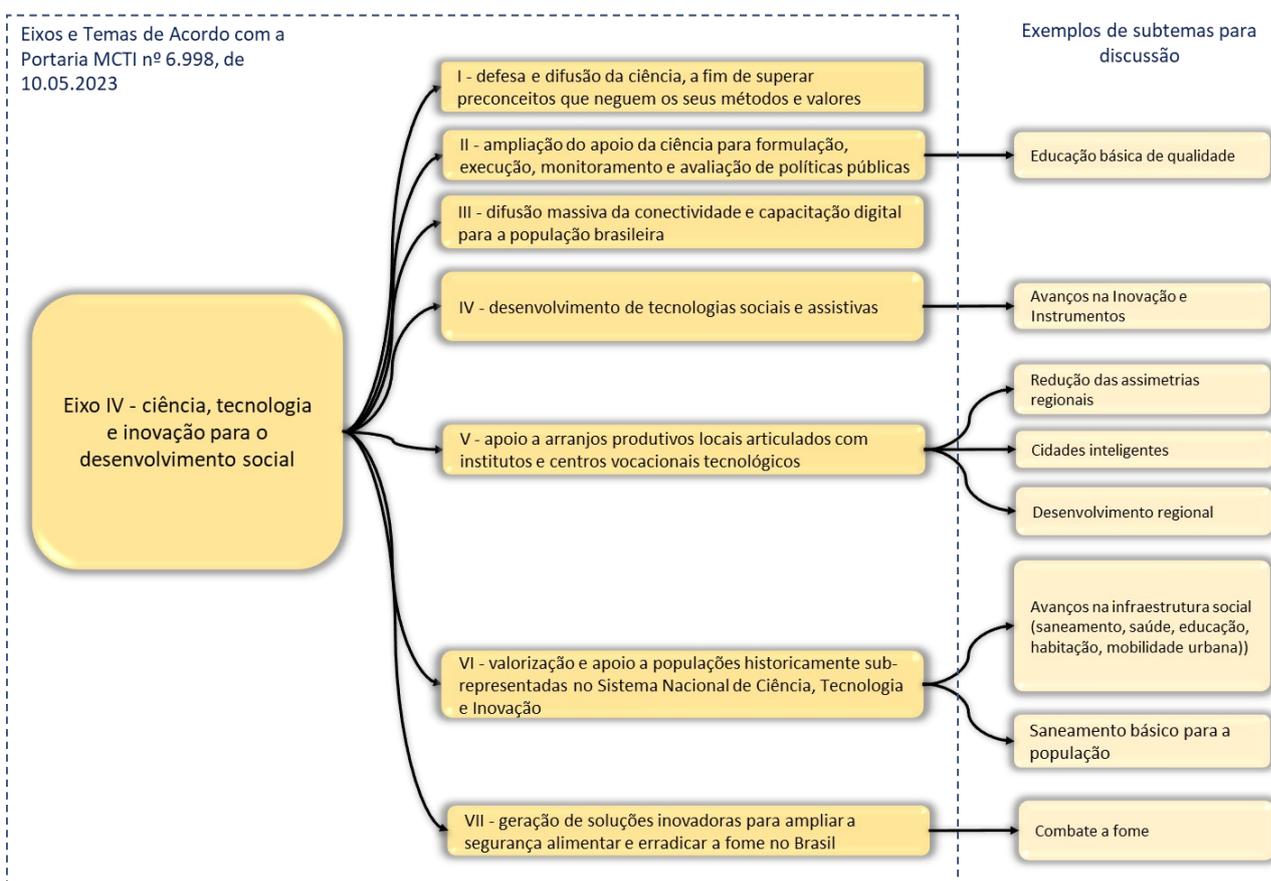
Temas e Subtemas do EIXO II



Temas e Subtemas do EIXO III



Temas e Subtemas do EIXO IV



ANEXO 2

MEMÓRIA DAS CONFERÊNCIAS ESTADUAIS RELATIVAS À 4ª CNCTI

As conferências estaduais não seguiram um padrão de organização pré-definido. Variaram de estado para estado em termos de organização, quantitativo de pessoas, forma de abordagem dos temas escolhidos, estrutura e participação dos envolvidos.

Entretanto, algumas características se replicaram nas conferências estaduais como o local da conferência que predominou as universidades atraindo professores e estudantes, bem como os temas que ampararam os debates já definidos no PACTI.

Apesar da variedade de estilos as conferências estaduais se adaptaram para contemplar as demandas e interesses específicos do estado, da sociedade e do contexto de CT&I.

Conferência Estadual Acre

Eixo I - O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

Apoio e fortalecimento da formação de doutores na região;
Estabelecimento de mecanismos de atração e fixação de pesquisadores (mestres e doutores) nos diversos municípios do Estado do Acre;
Estabelecimento de mecanismos de proteção do conhecimento tradicional dos povos indígenas e outras comunidades;
Interiorização das instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação com o objetivo de apoiar o desenvolvimento sócio - econômico dos municípios do interior do Estado do Acre;
Fortalecimento do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FDCT, como instrumento financiador e fomentador da CT&I no Estado do Acre;
Ampliação das fontes de financiamento do sistema de CT&I do Estado;
Descentralização dos órgãos federais de fomento a pesquisa científica, tecnológica e de educação.

Eixo II – Inovação da Sociedade e nas empresas

Fomentar e ampliar PD&I para o desenvolvimento de cadeias produtivas do Estado do Acre;
Aumento da competitividade e sustentabilidade da cadeia produtiva de pecuária de corte e leite no bioma amazônico, por meio do desenvolvimento e transferência de tecnologias de manejo, nutrição, genética e sanidade animal;
Implementar mecanismos de incentivo para o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica desenvolvidas na Amazônia;
Ampliar mecanismos de difusão das tecnologias desenvolvidas pelos ICT's.

Eixo III – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas áreas estratégicas

Aprimoramento de sistemas de produção e geração de indicadores ambientais do manejo florestal de uso múltiplo para o bioma amazônico;
Bioprospecção, caracterização e conservação de espécies nativas do bioma amazônico; ü Fomentar através de editais, pesquisa relacionada à redução de

desmatamento, mudanças climáticas e emissão de gás carbônico; ü Aprimoramento de Sistemas de Produção para agroenergia;
Fortalecimento do sistema de classificação, detalhamento, monitoramento e fiscalização do desmatamento e uso da terra; ü Pesquisa nas áreas de produtos naturais, fitoterápicos, fitocosméticos e fármacos;
Melhoramento genético de espécies florestais nativas e silvicultura.

Eixo IV – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social

Fomentar a pesquisa correlacionando biodiversidade e diversidade cultural com foco em inovações para a área de saúde;
Fortalecimento e apoio ao sistema de regularização fundiária das terras do estado do Acre;
Apoio a pesquisa e extensão para a inclusão social; Transferência de tecnologia, inovação e empreendedorismo agroflorestal;
Difusão e popularização da Ciência em todo o Estado do Acre.

Conferência Estadual Amapá

Eixo I: Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

Ações induzidas para Estados Emergentes da Região Norte em Ciência, Tecnologia & Inovação.
Sistema Nacional de C&T

Eixo II: Inovação na sociedade e nas empresas

Eixo III: Pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas estratégicas

Território Amazônia
Biotecnologia
Recursos minerais
Recursos Hídricos
Biodiversidade
Mar e ambientes costeiros
Mudanças climáticas
Agricultura (agropecuária)
Energias renováveis
Tecnologia de informação e comunicação

Eixo IV – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social

Expansão, consolidação e novas formas de financiamento do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação
Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas e nas Cadeias Produtivas do Estado do Amazonas
Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento

Conferência Estadual Amazonas

Expansão, consolidação e novas formas de financiamento do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação;
Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas e nas Cadeias Produtivas do Estado do Amazonas;
Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento em áreas estratégicas para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas;

Processos de Interiorização das Estruturas de Ciências, Tecnologia e Inovação dirigidos ao desenvolvimento socioeconômico do estado do Amazonas

Conferência Estadual Bahia

Expandir, integrar, modernizar e consolidar o Sistema Estadual de Inovação, lutando por uma redefinição dos critérios de aporte de recursos federais para a Região Nordeste, que permitam ampliar significativamente o volume, a qualidade e democratização intraregional de investimentos no setor, garantindo à Bahia uma participação adequada ao porte do estado;

Atuar de maneira decisiva para acelerar o desenvolvimento favorável à inovação nas empresas baianas, fortalecendo a política industrial, tecnológica e de comércio exterior, tornando permanente e institucionalizado o caráter hoje provisório do apoio à política de Arranjos Produtivos Locais (APLs);

Fortalecer as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas para a autonomia do Estado. Uma das principais linhas de ação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia, este tema engloba áreas importantes, como a de Tecnologia da Informação e Comunicação, Insumos para a Saúde, Agronegócio, Biodiversidade, Recursos Naturais, Semiárido/Baía de Todos os Santos e Segurança Pública, dentre outras;

Popularizar a ciência, a tecnologia e a inovação, a melhoria do ensino básico, fundamental e, mais notadamente, do ensino das matérias diretamente relacionadas com a Ciência, juntamente com a criação e o aperfeiçoamento de tecnologias para o desenvolvimento social. A difusão das denominadas Tecnologias Sociais é uma das maiores prioridades do Governo nos processos de Inclusão Social, que, através da SECTI, visa desconstruir a ideia da inovação utilizada apenas para o desenvolvimento econômico e no âmbito das empresas. A SECTI possui um dos maiores programas de inclusão socio- digital da América Latina – Programa de inclusão sociodigital (PISD) - e também conta em seu planejamento com a implantação de 37 Centros Vocacionais Tecnológicos Territoriais, fortalecendo, assim, o capital humano baiano;

Garantir o desenvolvimento sustentável da Bahia, levando em consideração o papel das inovações em áreas consideradas estratégicas, como a utilização de forma responsável das energias renováveis, da robótica, da genética, da biotecnologia, da nanotecnologia, visando preservar o clima e o meio ambiente. A SECTI, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores, tem desenvolvido intensos acordos de cooperações técnicas internacionais.

Conferência Estadual Ceará

Diagnóstico do Sistema de Ensino Superior e de Ciência e Tecnologia.

Análise dos grandes investimentos no estado e a demanda por recursos humanos e tecnologia.

Fortalecimento das agências de fomento e de estratégias de envolvimento do conjunto do estado no esforço de desenvolvimento científico e tecnológico.

Criação de instâncias capazes de fazer a interface entre o sistema acadêmico e de formação de recursos humanos e as demandas do setor produtivo.

Aprimoramento dos instrumentos jurídicos de modo a estimular a sinergia entre os atores, a articulação e a cooperação público-público e público-privado.

Estratégias de atuação junto aos órgãos de formulação e execução da política de C&T em âmbito nacional com vistas à articulação das prioridades regionais com os grandes projetos nacionais.

Construção de um mapa geopolítico do investimento em C&T no estado que leve em conta o potencial de cada região e suas demandas e explicitação de estratégias de atuação que tratem diferenciadamente regiões com problemáticas e potencialidades distintas.

Construção de um sistema de acompanhamento dos investimentos e da consecução das metas estipuladas.

Manutenção de um fórum permanente de debates sobre C&T no Estado

Conferência Estadual Distrito Federal

Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal

Formas de Consolidação do Sistema

Estratégias de Fomento

Ampliação da articulação

Empreendendo e Inovando na Sociedade do Distrito Federal

Áreas Estratégicas para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Distrito Federal

Biodiversidade

Agricultura Sustentável

Políticas e Tecnologias de Reciclagem

Políticas Públicas e Gestão de Tecnologias

Tecnologias Educacionais Educação em C&T

Desenvolvimento de Tecnologia para aumentar a eficiência do Sistema de Saúde

Desenvolvimento de Tecnologia de Planejamento Urbano

Gestão da Informação Técnica-Científica

Tecnologia de Apoio à Prestadores de Serviços Públicos

Mudanças Climáticas

Nano e Biotecnologia

Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social

Bolsa de pesquisa, capacitação de Recursos Humanos e estruturação regional para CT&I

Formas de estruturação de projetos de pesquisa local/regional com amplo impacto social

Difusão do conhecimento científico e tecnológico e de inovações

Inclusão social mediante empreendedorismo e tecnologias sociais

Proposições à Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social

Conferência Estadual Espírito Santo

I – Articulação e Planejamento Estratégico dos Sistemas Municipais, Estadual e Nacional:

Convocar a elaboração do planejamento estratégico do setor no Estado, com a participação dos municípios ativos no apoio à C,T&I e de outros com potencial para ingressar no Sistema Estadual;

Elaborar o “mapa do caminho” para o planejamento estratégico do Sistema Estadual, contemplando a inserção dos municípios e suas regiões para o período 2011-2020;

Definir o posicionamento estratégico do Sistema Estadual nos contextos de suas relações com os Sistemas Regionais bem como com o Sistema Nacional.

II – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Estratégica para o Desenvolvimento Regional:

Delinear estratégias para induzir, apoiar e fomentar a cooperação entre os setores empresariais e a academia, com vistas ao incremento de transferência de tecnologia e ao fortalecimento da geração de conhecimento (desenvolvimento de competências científicas e produtivas) em setores considerados estratégicos para o Estado.

Delinear estratégias para induzir, apoiar e fomentar novas competências em C,T&I que sejam “portadoras de futuro” para o desenvolvimento sustentável do Estado.
Delinear estratégias para induzir, apoiar e fomentar atividades de C,T&I comprometidas com o desenvolvimento socioambiental local e regional.

Conferência Estadual Goiás

Eixo 1

Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
Operacionalização e mecanismo de aplicação da Lei Estadual de Inovação

Eixo 2

Impacto da Lei de Inovação Federal Sobre as Empresas de Tecnologia
Fortalecimento da Microempresa frente as inovações tecnológicas
Incubadora de Empresas e Parques Tecnológicos

Eixo 3

Bioma-Cerrado- Expansão da Cana-de-Açúcar e Demandas Ambientais
Demandas Sociais no processo de expansão sucroalcooleiro

Eixo 4

A Nova Configuração da Ciência e Tecnologia – Impacto Econômico e Social
O Papel das Instituições Educacionais na Produção Científica e Tecnológica
A Relação Educação Ciência e Tecnologia

Conferência Estadual Maranhão

EIXO I - SISTEMA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Institucionalidade e Governança;
Marcos Legais;
Financiamento e Infraestrutura;
Avaliação;
Recursos humanos, educação superior e pesquisa;

EIXO II - INOVAÇÃO NA SOCIEDADE E NA EMPRESA

Elaborar uma POLÍTICA ESTADUAL DE INOVAÇÃO e atualizar/melhorar/aprovar a LEI ESTADUAL DE INOVAÇÃO;
Criar o Sistema Estadual/Municipal de Inovação, de forma a uniformizar, integrar e divulgar metas, ações, indicadores e resultados relacionados aos projetos e ações de inovação tecnológica;
Criar as Leis Estadual e Municipal do Bem, com base na Lei 11.196/2005;
Divulgar amplamente, nos municípios, a Lei estadual de Inovação, e apoiar a elaboração e implantação de Leis Municipais de Inovação;
Buscar, expandir e consolidar novas formas de financiamento do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação.
Desburocratização dos processos de financiamento à inovação.
Rede de Compartilhamento de Inovação (Banco de Ideias, de Problemas e Soluções)
Criação do Instituto de Inovação do Maranhão

EIXO III - PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO EM ÁREAS ESTRATÉGICAS

Tecnologia de Informação, Comunicação e Serviços;
Biotecnologia;
Materiais avançados e nanotecnologia;
Eletricidade;
Biocombustíveis;
Demais energias renováveis;
Mudanças Climáticas;
Recursos hídricos e minerais;

Biodiversidade;
Mar e ambientes costeiros;
Saúde;
Agricultura e Pecuária;
Sistemas Urbanos Sustentáveis;
Território;
Espaço, Defesa e Segurança Nacional.

EIXO IV - C,T&I PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Construção de uma cultura científica;
C,T&I e educação;
Atores públicos e privados e a Inovação Social;
Promover C,T&I e inovação faz-se necessário para promover o crescimento econômico é necessário.

Conferência Estadual Mato Grosso

Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (Institucionalidade e Governança Estadual do Sistema de C, T e I;

Marcos Legais para a pesquisa, desenvolvimento e inovação; Financiamento e a criação de novos fundos para o sistema de C, T e I;
A formação de recursos Humanos para a pesquisa e a inovação para o estado;
Estratégias de desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação para o estado;
O papel das ICT's no desenvolvimento regional;
Mecanismo de acompanhamento de avaliação das políticas públicas de Ciência e Tecnologia no estado).

Inovação na Sociedade e nas Empresas (Atração de investimentos e projetos para a inovação;

A conectividade entre academia-empresa para a inovação;
P&D em empresas; da ciência aos negócios: o papel das ICT's e da iniciativa privada;
Polos e parques tecnológicos: as experiências estaduais e novos mercados).

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas (A biodiversidade dos biomas Cerrado, Pantanal e Amazônia;

Mudanças climáticas;
Recursos hídricos e minerais;
Energia renovável;
Agropecuária e o desenvolvimento sustentável;
Materiais avançados e nanotecnologia;
Tecnologia da informação nos ambientes regionais;
Saúde; Sistemas urbanos sustentáveis).

Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social (Construção de uma cultura científica regional;

Atores públicos e privados e a inovação social;
A C, T e I como base para o desenvolvimento regional sustentável, democratização e cidadania;
C, T e I e educação para o desenvolvimento social;
Tecnologias sociais e o desenvolvimento de pequenas comunidades).

Conferência Estadual Mato Grosso do Sul

Eixo 1: Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

A capacidade instalada de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) no MS ainda não é competitiva comparada com a do eixo sul-sudeste.
Grandes desequilíbrios regionais de caráter socioeconômico.

Incipiente integração intra e inter Institutos de Ciência e Tecnologia (ICT's) para a composição de grupos e redes de pesquisas.

Ausência de políticas eficientes locais e regionais de estímulo, discussão* e divulgação de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e cultura científica.

Exiguidade dos editais e descontinuidade das modalidades de financiamentos específicos para transferência tecnológica e extensão universitária.

Ineficiência na democratização das decisões acerca de ciência e tecnologia;

Ausência de uma Secretaria Estadual de CT&I no MS: contribui para:

Particularidades do estado tem baixo impacto na elaboração de programas nacionais.

Avaliação dos projetos está pautada fortemente em publicações e número de orientações na Pós-Graduação.

Eixo 2: Inovação Tecnológica nas Empresas

Dificuldade das instituições de ICTs em transformarem conhecimentos gerados em produtos, processos e serviços inovadores, efetivamente empregados pelas empresas.

Grande quantidade de pesquisa sendo realizada sem o foco na inovação.

Dificuldade de proteger os conhecimentos gerados, impedindo que possam se consolidar como inovações para a sociedade (baixo conhecimento dos processos, estruturas de apoio internas ainda em construção, morosidade e custos elevados).

Pesquisadores têm pouco conhecimento sobre necessidades do mercado e estrutura de negócios.

Ferramentas e instituições de apoio disponíveis (Sistema S, IEL, setores dentro das próprias instituições e outros) são pouco utilizadas.

Baixo investimento das empresas em C,T&I e cultura interna não voltada para a inovação.

Baixa capacidade de investimentos das empresas e falta de conhecimento sobre os programas (financiamentos) e instituições de apoio à inovação.

Baixa qualificação ou ausência de recursos humanos qualificados para gerar as inovações e para elaborar projetos para acessar as linhas de financiamento.

Ausência de infraestrutura de P&D nas empresas

Baixa interação entre as ICTs e Empresas:

Marco regulatório dificulta a interação, principalmente em relação à atuação de funcionários públicos nos projetos em parceria com as indústrias.

Baixa interação entre as ICTs e Empresas:

Cultura interna das instituições públicas não favorável à interação com o setor privado.

Lei de Inovação ainda não internalizada nas instituições públicas, dificultando a criação de normatização interna

Pouco apoio governamental a essas interações no âmbito estadual (programas e incentivo, financiamento etc.).

Ausência de parques tecnológicos.

Eixo 3: P&D e Inovação em Áreas Estratégicas

Assimetrias no grau de desenvolvimento dos grupos de pesquisa e de infraestrutura nas diferentes Regiões do país e mesmo dentro das Regiões em desenvolvimento.

Falta de um banco de talentos consolidado e disponível no MS, desarticulação e desconhecimentos entre pesquisadores e grupos de pesquisa da mesma área (trabalhos isolados).

Não efetivação anual do repasse total de orçamento estadual destinado a FUNDECT no MS.

Insuficiência na realização de eventos científicos agregadores do público-alvo em CT&I no MS

Fraca articulação entre Empresas, Centros de Pesquisa e Universidades.

Baixa visibilidade dada às pesquisas desenvolvidas no MS (incentivo para parcerias com empresas).

Ausência de base de dados regionais e de centros de referência articuladores de CT&I.

Deficiência de políticas de gestão do conhecimento em CT&I no MS.

Eixo 4: Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social

Deficiência de recursos humanos qualificados para pesquisa aplicada, básica e para transferência tecnológica.

Áreas prioritárias para fomento: agricultura familiar (pecuária leiteira, horticultura, fruticultura, apicultura), sociedades indígenas e quilombolas, pantaneiros, ribeirinhos, fronteiriços, patrimônio cultural, linguístico e de inclusão digital.

Poucas empresas investem em desenvolvimento tecnológico social e em transferência de tecnologias nas diversas áreas da economia do estado.

Reduzidos investimentos no ensino de ciências em todos os níveis da formação.

Ineficiência dos meios de comunicação da CT&I, de espaços científico-culturais e de eventos públicos de divulgação científica.

Reduzida integração entre instituições que fomentam e promovem a cultura científica (agências, institutos, universidades, escolas etc.).

Reduzida participação social na definição e acompanhamento das ações na área de CT&I.

Inadequação dos critérios que valorizem atividades de transferência tecnológica.

Reduzido incentivo à transferência dos resultados das pesquisas para o público alvo potencial.

Baixo impacto dos resultados das pesquisas na geração de riquezas para comunidade local.

Baixa participação de grandes, médias e pequenas empresas no desenvolvimento tecnológico no MS.

Destinação de poucos investimentos e baixo incentivo às Ciências na Educação básica.

Amplas desigualdades e diferenças socioculturais e ambientais em diferentes regiões do MS.

Conferência Estadual Minas Gerais

Inovação como uma das Principais Fontes de Crescimento

Fomentando a Colaboração Público-Privada

Cuidando da Terceira Missão das Universidades

Empresas Nascentes baseadas em Conhecimento: das idéias a start-ups de sucesso

Sistemas Sub-Nacionais de Inovação

Conferência Estadual Pará

Eixo 1

Políticas estaduais para desenvolvimento de C&T&I

Leis de Inovação: desafios de implantação

Política de Amparo à Formação de Recursos Humanos

Ações prioritárias de CT&I para manutenção e preservação da biodiversidade no Pará

Desafios de CT&I em saúde no Pará

Eixo 2

Da Ciência aos Negócios: papel da empresa inovadora

Apoio a Inovação nas MPE - Projeto ALI - Agente Locais de Inovação

O Instituto Tecnológico Vale

Parques de Ciência e Tecnologia: ambientes modelos para inovação

O Setor produtivo e a inovação

A inovação na Eletrobrás

Eixo 3

Agricultura e Conservação na Amazônia: cenários e desafios

Políticas integradas de gestão territorial e implementação de políticas públicas de reconversão de sistemas produtivos
Políticas de C&T&I para monitoramento da qualidade e uso da água em áreas protegidas
Processos de produção de energia no Pará: realidade(s) e desafios
Redes de Comunicação de Dados: desafios para inclusão e desenvolvimento regional
Desafios em CT&I na infraestrutura e integração de transportes regionais
Linhas de Financiamento a C&T&I

Eixo 4

Construção e Manutenção da Cultura Científica: linguagens indígenas do estado
Atores Públicos e Privados em CT&I para o Desenvolvimento Social
CT&I para o desenvolvimento social, democratização e cidadania
CT&I e Educação no Pará

Conferência Estadual Rio Paraiba

SISTEMA NACIONAL DE CT&I PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Garantir que o desenvolvimento local e regional mantenha forte correlação com o desenvolvimento nacional, numa perspectiva sistêmica, integradora, com reconhecimento das particularidades locais e regionais (visão de contexto);
Possibilitar que os eixos de fomento não estejam vinculados, necessariamente, a contrapartidas locais/estaduais;
Criar mecanismos que garantam a ampliação e/ou fortalecimento da gestão dos Sistemas de C,T&I locais/estaduais;
Discutir o impacto das TICs na governança das instituições de C,T&I;
Compreender o Semiárido brasileiro (SAB) como questão nacional, e não apenas local/regional, reconhecendo a semiaridez, devido sua especificidade, como vantagem para o desenvolvimento da C,T&I na região e no País;
Estabelecer políticas/programas de incentivo (indução) à construção e operacionalização de redes cooperativas em C,T&I, interinstitucionais, regionais e/ou nacionais;
Adotar modelos de financiamento de pesquisas que contemplem maiores prazos para sua implementação, com sustentabilidade, interdisciplinares, colaborativas;
Fortalecer os Sistemas Estaduais de C,T&I para cobrir lacunas decorrentes da aplicação, no âmbito estadual/regional, do Programa de Bolsas de Produtividade do CNPq;
Garantir maior representatividade de talentos regionais em C,T&I nos comitês nacionais (CNPq, FINEP, CAPES) encarregados da elaboração das chamadas/editais, bem como da avaliação das propostas submetidas a financiamento;
Adotar visão holística como parâmetro para a eficiência do Sistema;
Incentivar a implantação de secretarias municipais de C&T em municípios do Estado e da região

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA SOCIEDADE E NAS EMPRESAS

Promover o empreendedorismo;
Fortalecer/utilizar o Programa Primeiras Empresas, da FINEP;
Discutir o impacto das TICs na governança das instituições de C,T&I;
Estimular a ampliação de programas de inserção de jovens pesquisadores nas instituições, organizações e empresas, inclusive com bolsas de pesquisa e/ou extensão;
Estabelecer/ampliar políticas que estimulem a permanência de talentos humanos em CT&I na região;

Trazer a avaliação das proposituras a programas de fixação de doutores para o ambiente local, a exemplo do que já vem ocorrendo com a FINEP;
Diminuir a carga tributária em encargos trabalhistas para empresas de serviços instaladas no SAB, que promovam CT&I na região;
Criar programa para concessão de bolsa a pesquisadores de Instituições de C,T&I que atuem em P&D de empresas e de programas institucionais.

P,D&I EM ÁREAS ESTRATÉGICAS

Criar um Fundo Setorial voltado especificamente para contribuir com o desenvolvimento sustentável do nordeste brasileiro;
Estimular a formação e capacitação de profissionais, técnicos, pesquisadores, professores e gestores nas várias áreas associadas a Mudanças Climáticas e Desertificação, bem como o fomento à pesquisa e à difusão de conhecimentos nessa área, em uma visão contextual, transdisciplinar, interinstitucional e regional/nacional. Complementarmente, institucionalizar e garantir a implementação dos PAES enquanto integrantes do conjunto das políticas de governo;
Estimular instituições de C,T&I de outras regiões a também trabalharem com questões do Semiárido brasileiro e de semiáridos de outros países; • Adotar visão contextual e integradora das ações de formação, capacitação, pesquisa, difusão e políticas, em áreas estratégicas;
Promover a exploração sustentável do alto potencial do bioma Caatinga, para produção de óleos essenciais, fármacos, corantes, taninos, dentre outras possibilidades, bem como de plantas xerófilas características desse bioma, para produção de ração animal, como forma de apoiar e alavancar o desenvolvimento da pecuária típica da região;
Promover, na região, o desenvolvimento de ações inovadoras na cadeia produtiva da caprino-ovinocultura;
Induzir a criação e fomento a programas de formação e capacitação de talentos humanos em áreas estratégicas estaduais, regionais, nacionais;
Assegurar a manutenção do Programa para o Desenvolvimento Sustentável do Semiárido brasileiro (SAB) na agenda de C,T&I do País, além de ampliá-lo, para a criação de novos subprogramas,
Apoiar a criação do Observatório do SAB, para apontar ações ao Fórum do SAB, deliberativo de políticas voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável dessa região;

C,T&I PARA A INCLUSÃO SOCIAL

Necessidade de marco regulatório para suprir ausência de mecanismos governamentais voltados ao combate à desigualdade social no País;
Contribuir para a reversão do atual quadro de inacessibilidade, por parte de expressivo contingente populacional do País, ao grande volume de alimentos aqui produzidos;
Investir em educação em C,T&I nas escolas da Educação Básica;
Investir em educação contextualizada nas escolas da Educação Básica.

Conferência Estadual Paraná

Desenvolvimento Sustentável

Novos Padrões de Desenvolvimento via Inovação Aspectos econômicos e sócio-ambientais.

Investimento e Inovação e Inovação na Sociedade e nas Empresas

Atração de Investimentos para a Inovação
Conectores Academia-Empresa para a Inovação
P&D em Empresas

Institucionalidade
Governança e Marco Legal da Inovação
A Demanda do Mercado por Ciência e Novos Modelos de Negócios
O Brasil e o Mundo no Universo da Inovação
Papel da inovação na agenda empresarial

Ciência Básica

Produção do Conhecimento: Um Desafio para o Brasil
Qualidade, impacto mundial, capacidade de formação e heterogeneidade da ciência brasileira, e de suas metas para o futuro

Educação e CT&I

Educação de qualidade desde a primeira infância
Quem formamos, como formamos e para que formamos

Conferência Estadual Pernambuco

Ciência e Educação Superior

Construção da Cultura Científica
A Universidade Brasileira: Pós-graduação,
Pesquisa e Extensão Propostas da ANPG

Inovação na Sociedade e na Empresa

Parques Tecnológicos e incubadora
Tecnologias portadora de futuro nas APLs

Clima e Meio Ambiente

Mudanças Climáticas
Erosão Costeira
Biodiversidade
Tecnologias Ambientais

Pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas

Energias Limpas
Novos materiais e sustentabilidade
Biotecnologia

Tecnologias da Informação e comunicação em Pernambuco

O Case Porto Digital
TIC e a Mídia
Interiorização da TIC

Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

A infraestrutura de alta tecnologia em saúde no Estado
O Fomento a pesquisa em saúde
Inovação tecnológica em saúde

Desafios regionais e territoriais

Interiorização do conhecimento
Políticas de equilíbrio regional
Harmonização com órgãos de controle

Educação, Ciência e Tecnologia

Políticas educacionais - nacionais, estaduais e municipais (qualidade X quantidade)
Políticas de Ciência & Tecnologia – pós-graduação, setor produtivo, problemas sociais

Conferência Estadual Rio de Janeiro

Como podemos estabelecer uma relação mais estreita dos empresários com os Centros de Pesquisas?

O que nossa experiência, a frente das questões tecnológicas tem nos mostrado?

Como vemos o desenvolvimento tecnológico no Estado o Rio de Janeiro?

Sugestões

Criação de Secretarias Municipais de Ciência e Tecnologia - poucos municípios tem esse tipo de secretaria. Os municípios querem ajuda da SECT.

Atualização de professores nos municípios - áreas de ciências e outras

Transporte escolar em regiões municipais, com destaque para zonas rurais.

Melhora da produtividade agrícola, com mais tecnologia - áreas animal e vegetal.

Tecnologia e inovação no ensino-modernização das escolas.

Recursos da FAPERJ para apoios a iniciativas municipais.

Inovação no fornecimento de água de qualidade no interior.

Criação de pólos locais, para desenvolvimento tecnológico e social. Treinamento de pessoal .

Inovação no setor de pesca de mar e piscicultura de interior (modernização)

Rio Digital e CVTs no interior.

Inovação na extração de pedras ornamentais e de trabalhos com derivados de argila (cerâmica)

Incremento na produtividade de cana e fruteiras-Norte/Noroeste-inovação

Incentivo a agregação de valor aos produtos gerados nos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Aporte de tecnologia e inovação

Conferência Estadual Rio Grande do Sul

Eixo I) Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (Desenvolvimento Sustentável, Educação e CT&I, Produção de Conhecimento)

Institucionalidade e Governança do Sistema
harmonização, avaliação e metas

Marcos Legais

a relação com os órgãos de controle (TCU, CGU, AGU etc.); criação de mecanismos de Estado para a solução dos problemas

Financiamento e Infraestrutura

a solução para os problemas do “varejo” que dificultam a boa utilização dos recursos.

Recursos Humanos

que profissionais estão sendo formados e que profissionais são necessários?
Programas mobilizadores para atrair e formar cientistas e engenheiros.

Avaliação

mecanismos regulares de avaliação acoplados a respostas ágeis; avaliação de redes (novidade no País), avaliação dos impactos de Programas (INCT, SIBRATEC e Fundos Setoriais, como exemplos).

A Universidade Brasileira e a Pesquisa

universidades de classe mundial, heterogeneidades no sistema e no fomento, eficiência do sistema de pós-graduação, padrões acadêmicos etc

Eixo II) Inovação na Sociedade e nas Empresas (Desenvolvimento Sustentável, Investimento e Inovação)

Atração de Investimentos para a Inovação

Conectores Academia-Empresa para a Inovação
debate sobre o papel dos centros de vocação tecnológica sob o ponto de vista de sua conexão com o Sistema Nacional de Inovação

P&D nas Empresas
relevância para a inovação; comparação com outros aspectos da inovação.

Institucionalidade, Governança e Marco Legal da Inovação
governança do sistema nacional de inovação e avaliação do arcabouço legal brasileiro frente aos objetivos da Lei de Inovação de 2004 (PI, Regimes de Trabalho)

A Demanda do Mercado por Ciência e Novos Modelos de Negócios
O Brasil e o Mundo no Universo da Inovação

Eixo III) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas (Produção de Conhecimento, Sessões Técnicas)

Território (Litoral e Fronteiras)

Espaço, Defesa e Segurança Nacionais

quais as possibilidades do desenvolvimento de uma indústria espacial competitiva no Brasil, que nichos de mercado seriam estratégicos e quais as necessidades de recursos financeiros e humanos para dar andamento a esse projeto? Quais as contribuições potenciais da C,T&I para uma mudança qualitativa das políticas de defesa e segurança nacionais?

Agricultura

Saúde

Sistemas Urbanos Sustentáveis

técnicas de gestão de sistemas urbanos complexos.

Eixo IV) Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social (Produção de Conhecimento, Educação e CT&I, Democratização e Cidadania)

Construção da Cultura Científica;

popularização, difusão e apropriação da C&T;

patrimônio Histórico: dinâmicas, memória, preservação e difusão;

conhecimento científico e diversidade de saberes

Atores Públicos e Privados e Inovação Social

extensão universitária;

Responsabilidade do empresariado com a CT&I para o Desenvolvimento

Social;

cooperativas, incubadoras sociais e empreendimentos solidários;

Atuação das instituições públicas de financiamento;

pesquisa e inovação para o Desenvolvimento Social;

capacitação em CT&I para o Desenvolvimento Social.

C,T&I e Educação

educação científica e tecnológica;

ensino de ciências e matemática na escola básica;

Inclusão digital;

educação ambiental.

Tecnologias Sociais

tecnologias sociais;

segurança alimentar e nutricional;

Apoio tecnológico para a tecnologias assistivas.

C&T, Democratização e Cidadania

C&T e vida cotidiana: trabalho, cultura, esportes e lazer;

CT&I e o desenvolvimento urbano: direito à cidade, habitação, saúde, saneamento e transporte;
CT&I e o Sistema Único de Saúde;
desenvolvimento regional e suas demandas tecnológicas e científicas;
articulação com universidades, institutos de pesquisa, organizações da sociedade civil e com outros agentes governamentais e não-governamentais;
participação social em políticas públicas de CT&I.

Políticas Públicas de C,T&I para o Desenvolvimento Social

Marco legal e governança em ações de CT&I para o Desenvolvimento Social;
Instrumentos de política, infra-estrutura institucional e recursos orçamentários para as atividades de CT&I para o Desenvolvimento Social;
Redes e articulações entre universidades, instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e outros agentes governamentais e não-governamentais;
convergência e sinergia com as políticas sociais;
controle, acompanhamento e avaliação das ações de políticas públicas.

Conferência Estadual Roraima

Energia
Mudanças Climáticas
Amazônia
Biodiversidade e Recursos Naturais
Saúde e Meio Ambiente
Capacitação para o Desenvolvimento Social

Conferência Estadual Santa Catarina

Eixo A: Sistema Catarinense de CT&I - consolidação e expansão Diretrizes básicas:

Consolidação mediante a conclusão do marco regulatório do Sistema; ampliação da cooperação em todos os níveis – do internacional ao municipal; fortalecimento da pesquisa científica e tecnológica nas universidades comunitárias e estaduais; constituição de fóruns de integração de políticas de CT&I dos distintos agentes. Articulação do sistema estadual com o nacional e com a cooperação internacional.

Disseminação da educação em todos os níveis e ampliação do interesse em ciência; formação e qualificação de recursos humanos em pesquisa; ênfase na interdisciplinaridade, na pesquisa em grupos e em redes e na cooperação interinstitucional; consolidação das estruturas de P&D empresarial e difusão da cultura da inovação; expansão da pós-graduação; bolsas de doutorado e de pós-doutorado no país e exterior.

Consolidação da infraestrutura de pesquisa em centros de pesquisa e institutos tecnológicos; disseminação do conhecimento científico e tecnológico.

Ênfase em projetos interdisciplinares, multidisciplinares e interinstitucionais e apoio à contrapartida de projetos em rede de cooperação internacional.

Eixo B: Inovação e Empreendedorismo Diretrizes básicas:

Fomento à formação de empreendedores inovadores; de incubadoras de base tecnológica; e da articulação entre universidades, núcleos de inovação e empresas.

Fomento à inovação nas instituições e nos serviços públicos: governo eletrônico, inclusão digital e outras.

Parques tecnológicos e incubadoras: apoio a parques pré-incubadoras e incubadoras tecnológicas nascentes; disseminação do conhecimento das melhores práticas em incubação.

Fomento à cooperação entre empresas, governo e instituições de ciência e tecnologia em caráter regional, nacional e internacional.

Formação de gerentes de inovação nas empresas e de Agentes Regionais de Inovação para atuarem como multiplicadores; fomento à pós-graduação em ciência e gestão da inovação.

Eixo C: Pesquisa e Sustentabilidade em Áreas Estratégicas Diretrizes básicas:

Novas Tecnologias:

Pesquisa nas áreas: nanotecnologia e nanopartículas; prospecção fotoquímica e fitoterápicos; biotecnologia e melhoramento genético em silvicultura, maricultura; microorganismos, biopolímeros; bioinformática, bioprocessos; sensores e meteorologia; e fármacos.

Desenvolvimento de softwer de processos e de simulação de processos.

Pesquisa e desenvolvimento em novos materiais e novos produtos: catalisadores; polímeros; semicondutores; produtos farmacêuticos; derivados de origem animal e vegetal.

Pesquisas agropecuária:

Pesquisas em biodiversidade em produtos com potencial econômico: infraestrutura de recursos genéticos; melhoramento de espécies nativas.

Pesquisas sobre fertilizantes e outros insumos para a agricultura agroecológica; tipificação e certificação local e regional de produtos agrícolas e agro-industriais, especialmente para linha dos orgânicos; fomento ao desenvolvimento de tecnologias ligadas ao emprego de microorganismos benéficos (controle biológico, inoculantes microbianos).

Pesquisa multidisciplinar em olericultura e fruticultura temperada e tropical.

Bioprospecção, proteção e preservação de recursos genéticos.

Pesquisas em sanidade animal e de métodos e produtos sustentáveis de controle de pragas e moléstias de plantas; de métodos eficientes e sustentáveis de manejo de solo e sistema de cultivo.

Meio Ambiente:

Gestão integrada da pesquisa em recursos hídricos; mapeamento qualitativo e quantitativo das águas subterrâneas; pesquisas em reciclagem e tratamento de resíduos derivados do esgotamento sanitário urbano e de efluentes industriais; caracterização do ciclo de vida de produtos poluentes;

Estudos relacionados às mudanças climáticas: prevenção e mitigação de desastres naturais; mapeamento de recursos costeiros; alternativas agrícolas tendo em vista as mudanças climáticas; pesquisas de espécies nativas para recuperação natural; avaliação, valoração e divulgação/difusão dos produtos e serviços ecossistêmicos;

Pesquisas sobre recuperação de áreas degradadas; busca de alternativas tecnológicas sustentáveis para a agroindústria, aqüicultura e geração de energia; e programas de pesquisa de tecnologias agrícolas e veterinárias não residuais, como adubação orgânica, homeopatia e rochagem (uso de rocha natural como fertilizante e condicionador dos solos).

Pesquisas em eficiência energética e fontes renováveis de energia; em produção mais-limpa de energia fóssil; inovação nos processos de produção e no uso de biocombustível (biogás) a partir da biomassa de resíduos urbanos, industriais e agrícolas.

Pesquisas visando a otimização da eficiência no setor industrial e residencial (processos produtivos, construções e produtos mais eficientes) e no setor de transportes.

Eixo D: Desenvolvimento Social e Regional mediante CT&I Diretrizes básicas:

Capacitação e aperfeiçoamento de pesquisadores nos centros regionais; fomento à colaboração de pesquisadores de universidades federais nos projetos de pesquisa regionais.

Programa de fixação de doutores nas IES (bolsas e outras formas); criação de um programa de bolsas para doutor visitante e pós-doutorado (similar ao Programa Nacional de Pós-Doutorado - PNPD); Bolsa de Produtividade em pesquisa; criação de bolsa pesquisador; ampliação dos programas Doutorado Interinstitucional – Dinter e de Mestrado Interinstitucional – Minter.

Apoiar pesquisa de campo antes do início do projeto, para verificar sua relevância regional; indicar comissões de avaliadores que conheçam as realidades locais e regionais; priorizar pesquisas com amplo potencial de impacto social além do mérito acadêmico.

Divulgação institucional do conhecimento científico e tecnológico nas regiões, principalmente através dos instrumentos de informática. Redes de comunicação entre instituições, empresas e grupos de pesquisa. Capacitação do público que acessa a informação e promoção do acesso à tecnologia (inclusão digital).

Criação de um Plano de Diretrizes nas Áreas de Cultura e Educação (economia da cultura/economia criativa), como meta de desenvolvimento para a inclusão social através da geração de ocupação e renda.

Pesquisas sobre as problemáticas sociais regional emergentes; estímulos a pesquisa científica e tecnológica dirigida a contribuir na solução ou que vise amenizar problemas sociais específicos.